

**MEMÓRIA E HISTÓRIA DA ADVOGADA MÉRCIA
ALBUQUERQUE E SEU CLIENTE GREGÓRIO BEZERRA EM
TEMPOS DE DITADURA¹**

**MEMORY AND HISTORY OF THE LAWYER MÉRCIA
ALBUQUERQUE AND HER CLIENT GREGÓRIO BEZERRA IN
TIMES OF DICTATORSHIP**

Tásson BRITO*

Resumo: Este artigo versa sobre como a relação da advogada Mércia Albuquerque e seu cliente, Gregório Bezerra, desenvolveu-se durante os primeiros anos da ditadura militar-civil. Mércia Albuquerque defendeu inúmeros presos políticos, atuando principalmente na sétima auditoria militar com sede em Recife. Analisei como essa relação, entre Mércia Albuquerque e Gregório Bezerra, marca até a redação das alegações de defesa realizada pela advogada, em tribunal militar que acusava seu cliente por infringir a Lei de Segurança Nacional (nº 1.802/53). E também, verifiquei como Mércia Albuquerque se apropriou deste passado, atribuindo sentido para toda sua carreira profissional como advogada de presos políticos, a partir da memória da defesa deste cliente, dando-lhe um espaço especial em seu acervo pessoal de documentos gerados por sua atuação na defesa de tantos presos políticos.

Palavras-Chave: advogados de presos políticos; golpe militar-civil; memória.

Abstract: This paper will discuss how the relationship between the lawyer Mércia Albuquerque and her client Gregório Bezerra developed during the early years of the civic-military dictatorship. Mércia Albuquerque defended countless political prisoners, acting mainly in the 7th military region in Recife. I analyzed how this relationship, between Mércia Albuquerque and Gregório Bezerra, marked even the way Mércia Albuquerque wrote claims in the military court that accused her client of violating the National Security Law (Number 1.853/53). Also, I used Gregório Bezerra's memory of the defense to verify the way that Mércia Albuquerque had used this past to give meaning to her professional career as a lawyer of political prisoners, giving him a special space in her collection of documents generated by her work in the defense of so many political prisoners.

Keywords: lawyers of political prisoners; civic-military coup; memory.

O Golpe militar-civil² em Pernambuco e a Prisão de Gregório Bezerra

No dia 2 de Abril de 1964, na Usina Pedrosa, no município de Cortês³, Gregório Bezerra recebeu voz de prisão. Segundo o mesmo⁴, sua prisão foi efetuada pelo capitão Guerreiro, da polícia militar (PM) de Pernambuco. O preso deveria ser apresentado ao Coronel da PM Ivan Rui, recém-empossado como chefe de segurança do estado de Pernambuco pelos golpistas. Quando estavam conduzindo o preso ao Recife, no

* Doutorando em História - Programa de Pós-graduação em História - Universidade Federal do Ceará - UFC. Fortaleza, CE - Brasil. Bolsista Funcap. E-mail: tasso.brito@gmail.com

município de Ribeirão⁵, encontram-se com o destacamento do 20º batalhão de caçadores de Alagoas⁶, que retira a posse do detento do oficial da PM. O 20º batalhão de caçadores estava auxiliado por José Lopes Siqueira, dono da Usina Estreliana⁷, com seu grupo de homens armados, uma espécie de milícia privada comumente, chamada de jagunços. Segundo a memória de Gregório Bezerra (2011), José Lopes, ao vê-lo, queria assassiná-lo⁸, porém os membros do 20º batalhão resolveram levar o líder comunista à presença do general Justino Alves Bastos, comandante do IV exército.

A presença de um senhor de engenho ao lado de um batalhão do exército demonstra participação de civis no golpe. Não apenas na articulação política e apoio ao golpe, mas também empunhando armas lado a lado com os militares. Ferreira e Gomes (2014) relatam que, na cidade de São Paulo, aproximadamente três mil homens se alistaram para guerrear ao lado dos militares golpistas, caso o golpe se tornasse uma guerra civil.

A polícia é a primeira instância da justiça. Por isso, esta prisão já é indiciária do tipo de justiça aplicada naquele período, assim como as relações de força entre os órgãos no interior do regime. Apesar de a ditadura ser um regime com participação de civis, os órgãos de policiamento e repressão, comandados por militares, tinham força para agir à revelia dos demais órgãos do estado. A prisão de Gregório Bezerra foi tomada pelos militares do exército, a polícia militar não teve forças para cumprir o mandato de prisão.

A polícia é o braço de violência da justiça, aquela que é capaz de executar a justiça em uma instância onde a força é tida como necessária. A violência não é exterior à ordem do direito. Ela é, como analisa Walter Benjamin (1986), o que institui e conserva o direito, ela é a própria força da lei.

A prisão de Gregório Bezerra foi marcada por violência. No depoimento a justiça militar, ele relata o encontro com 20º batalhão de caça de Alagoas:

Quando o meu jipe parou, ficou totalmente cercado de soldados que gritavam “atira! Mata logo este bandido.” “Atira”, “mata”, era o que se ouvia da soldadesca. Se tivesse havido uma descarga teria morrido muitos soldados e graduados porque a confusão era grande.

O capitão que me prendera se portou com muita fibra, dizendo: “Vocês podem matar, mas eu protesto; ele foi preso por ordem do Cel. Chefe de Polícia, estou colaborando com o exército, tenho o dever de garantir a sua vida.”

O relato de Gregório Bezerra demonstra como sua vida esteve em risco ao ser capturado pelo exército. Gregório Bezerra corria perigo de vida tanto pelas mãos dos

soldados quanto dos oficiais. A atuação política de Gregório Bezerra, como um dos dirigentes do Partido Comunista era bastante conhecida, por isso que os soldados golpistas desejavam matá-lo.

Antes do golpe, as ações de Gregório Bezerra eram constantemente vigiadas pelo Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS-PE), mesmo quando este foi deputado federal, na década de 1940, sua vida era constantemente investigada por policiais a serviço do DOPS⁹. Desde o levante comunista de 35, três ou quatro investigadores se revezavam diariamente em sua vigilância, o que gerava uma quantidade enormes de notas e informes, relatando o cotidiano do líder comunista. Desta forma, a prisão de Gregório Bezerra aconteceu tão logo o golpe foi realizado. Ele já era um homem marcado como inimigo dos golpistas.

Gregório Bezerra, assim que foi preso, foi levado ao Forte das Cinco Pontas, uma construção do período colonial situada no bairro do Recife, onde passou por interrogatórios. Depois foi conduzido ao quartel de Casa Forte, bairro da zona norte da cidade, tido como um dos mais elitizados do Recife. Sua transferência foi realizada por Cristovão Cavalcanti Moreira, agente do DOPS-PE, com auxílio de pessoas que nem eram policiais ou militares da ativa, e sem vinculações com o Estado.

Artur Bruno Schwambach, militar reformado em 1951, e Elson Pinto Teixeira Souto, comerciante, foram designados para, junto com o agente Cristovão Cavalcanti Moreira, conduzir Gregório Bezerra para Casa Forte. Eles fazem parte do rol de testemunhas de acusação e, segundo os próprios, ambos estavam no Forte das Cinco Pontas para tratar da venda de um terreno com um capitão do Exército.

Elson Pinto Teixeira em seu depoimento à justiça militar no dia 14 de outubro de 1965:

(...) que conduziu Gregório Bezerra para o 7º Esquadrão de Reconhecimento o fez a pedido do encarregado do Inquérito; que a testemunha tinha comparecido ao Quartel da companhia da Guarda juntamente com Arthur Bruno Schwambach para o trato de um negócio de terreno com o Cap. JOVINO e na ocasião foi solicitado o obséquio já referido no que aceitou (...)

que conhecia de vista a Cristovão Cavalcanti Moreira, não tendo com o mesmo muita aproximação, isto à época que efetuou a diligência mencionada.

Elson Pinto Texeira e Arthur Bruno Schwambach agiram como o que é popularmente denominado *araque de polícia*. Segundo Jorge Zaverucha (2003, p. 47) os

araques recebem benesses quase sempre ilícitas para ajudar a polícia. Alguns chegam até mesmo a cumprir as funções do servidor policial. Ou seja, são pessoas que agem sem vínculos formais com o estado, auxiliando a polícia por motivos variados e que, por vezes, cumpre o papel destinado às forças de segurança.

O coronel Ibiapina solicitou que os três conduzam Gregório Bezerra. Transferir um preso desta maneira implica ser uma ação com discrição, não havia certeza sobre a vitória do golpe, nada estava consolidado. O coronel agiu com improviso, tudo estava em jogo. Nem todos os militares que acabaram por realizar o golpe tinham se posicionado de forma definitiva. O general Justino Alves Bastos é um desses casos.

No dia 1 de Abril, o general Bastos fez um discurso à rádio Jornal do Commercio apoiando o presidente João Goulart. Este pronunciamento foi lembrado por Délio Mendes, na época funcionário da SUDENE e membro do Partido Comunista:

No dia primeiro de Abril às nove horas da manhã, nós estávamos lá e passou as forças armadas indo para o Palácio do Governo, a gente estava ouvindo o rádio e o rádio do Jornal do Comércio transmitiu as palavras do General Justino Alves (...) que era o comandante do Quarto Exército dizendo: “Estou com Jango, estou com a legalidade.”, tanto que quando as tropas passaram a gente bateu palmas.¹⁰

Segundo Jessica Burgos, a atuação do General Justino Alves Bastos foi complexa dado que este se comprometeu com os dois lados do conflito. Ela escreveu sobre o general:

(...) por sua vez, tinha prometido ao presidente João Goulart ao assumir o comando do IV Exército que manteria a ordem no Estado de Pernambuco, promessa reafirmada ao governador Miguel Arraes com a deflagração do Golpe; nas vésperas do dia 31 de março também tinha afirmado ao presidente que defenderia a ordem instituída. Por outro lado, também tinha confirmado ao marechal Castelo Branco a sua adesão à ação militar quando fosse chegado o momento. (BURGOS, 2014, p. 664)

Em entrevista dada ao livro *Vencedores e vencidos* (2004, p. 27), Antônio Bandeira, coronel do exército naquele momento, afirma que o General Justino Alves Bastos só aderiu ao movimento golpista no sábado anterior ao golpe, no dia 28 de março de 1964. Relatou:

A adesão ao movimento se deu no sábado anterior a 31 de março por volta de oito horas da noite em sua residência. O Cel. Fernando Menescal Vilar, eu e o Cel. Ibiapina fizemos ver ao Gen. Justino que a Revolução estava eminente e se ele aceitaria integrar o movimento obedecendo à direção do Gen. Castello Branco. Como ele aceitou, foi então selada a sua adesão ao movimento. Portanto, ele não participou

do planejamento, mas a partir desse momento, a sua posição foi correta. Ele assumiu a responsabilidade de tudo, não atrapalhou em coisa alguma e comandou daí para a frente a Revolução do IV Exército.

Segundo Antônio Bandeira, não havia certeza da adesão dos comandantes da Marinha e da Aeronáutica ao movimento golpista. Ele relatou:

Nós telefonamos para o almirante e pedimos para ele vir ao QG do IV Exército conversar com o general Justino um assunto de sua importância e urgência. De imediato, dentro de 15 ou 20 minutos, ele chegava ao QG, onde estávamos na porta esperando, eu e o coronel Ibiapina. E de pronto nós dissermos a ele, antes de entrar no gabinete: “Almirante, a Revolução já teve início, o IV Exército já está participando e o general Justino convidou para o senhor vim aqui para saber qual sua posição”. E ele de pronto disse: “estou com os companheiros do Exército”.

Mas, esses acordos eram frágeis, podendo ser rompidos. Nos últimos instantes da fase de planejamento do golpe, o comandante da polícia militar, o Cel. do Exército Hango Trehch, chefe de segurança estadual no governo de Miguel Arraes, foi chamado a comparecer à presença do Gal. Justino Alves Bastos. Neste encontro, Hango Trehch se comprometeu que a polícia militar não iria se opor ao golpe. Antônio Bandeira relata que Trehch não cumpriu o prometido, posicionando a Polícia Militar, em defesa no quartel general da mesma, na localidade do Derby.

As disputas não estavam decididas antecipadamente. Até o seu último instante o golpe não era uma certeza absoluta nem mesmo para alguns golpistas como o General Justino Alves Bastos. O golpe não era inevitável, não era necessário como analisa Ferreira e Gomes (2014). Segundos estes historiadores o golpe ocorreu, mas poderia não ter acontecido e poderia ter acontecido de outras formas. Ainda, segundo esses historiadores, o golpe foi resultado de lutas, escolhas e acasos. O golpe aconteceu ao acaso das lutas.

Existiam possibilidades de defesa que poderiam ser acionadas. Em muitos casos não foram, o que fez o historiador Daniel Aarão Reis (2014) chamar a vitória dos conspiradores de “vitória estranha”. Porém, em Recife houve tentativas que não lograram êxito em barrar o avanço golpista.

Délio Mendes relata uma tentativa de resistência:

Nesse mesmo dia, três horas depois nós fizemos uma assembleia na Escola de Engenharia e viemos em passeata pela Rua do Hospício, Rua da Imperatriz, Rua Nova, Pracinha da Independência, entramos a esquerda e fomos em direção ao Palácio, iríamos prestar solidariedade ao governador Miguel Arraes e ali fomos baleados, fomos enchidos de bala e na minha frente caíram Jonas e Ivan que são dois, um era estudante de engenharia e o outro estudante do Colégio Estadual de

Pernambuco. Jonas do Colégio Estadual e Ivan da Escola de Engenharia caíram mortos ali na nossa frente.¹¹

O relato de memória de Délio Mendes conta o quão superior foi a força dos golpistas. Os estudantes foram barrados em sua caminhada pelas tropas do exército. Porém, deram combate, se puseram do lado oposto ao das baionetas. O assassinato destes dois estudantes aconteceu na Av. Dantas Barreto, uma das mais movimentadas do centro do Recife. Os estudantes, quando foram alvejados, se encontravam a menos de 500 metros da sede do governo estadual, que estava cercada por militares do Exército. As mortes se tornaram emblemáticas, marcando a memória de muitos militantes que atravessaram este momento da história.

Mas, esta não foi a única tentativa de resposta ao golpe. Gregório Bezerra, no dia do golpe, foi ao encontro do ainda governador Miguel Arraes para pedir-lhe armamento para organizar uma resistência com os camponeses no interior de Pernambuco. Gregório Bezerra relata:

Dois ou três dias antes (do golpe) eu caí no campo, noite e dia, para mobilizar os assalariados agrícolas para oferecer resistência ao golpe militar a serviço do imperialismo americano. No dia 31 para o dia 1º de março de 64, eu me achava em um dos engenhos do município de Águas Pretas, perto de Palmares, discutindo com cerca de noventa delegados sindicais de engenhos. Que eram homens de partidos, na maioria secretários políticos do partido (partido comunista) nos engenhos e também delegados sindicais.

Eu de madrugada, cerca de 4:30h, parti para Recife e os delegados, delegados sindicais, que estavam reunidos partiram para seus engenhos afim de mobilizar as massas e conduzi-las aos setores previamente determinados. Quando eu cheguei na divisa entre o município de Jaboatão e Recife, chama-se Prazeres, o posto já estava empiquetado por tropas do exército. Logo de longe tinha uma grande fila e eu coloquei o meu jipe na fila dos militares e observei que quando os militares buzinavam três vezes a barreira abria e os carros passavam. Eu procurei imitar e atravessei a barreira. Cheguei em Recife, mas estava tudo parado. Não ouvi tiro, eu esperava encontrar o pipocar das metralhadoras, da fuzilaria, etc. Nenhum tiro, tudo calmo, sereno.

Meu problema eram armas. Eu vinha pedindo, repetidas vezes, armas a Miguel Arraes, que era o governador eleito pela Frente do Recife, que sempre funcionou bem.

E fui procurar os companheiros da direção do Partido (Comunista), não encontrei onde eu deveria encontrá-los. Fui na sede dos bancários, que era onde se reunia o CONCINTRA, comando geral dos trabalhadores. Eu pensei que era onde os companheiros estivessem lá. Eu queria receber orientação da direção estadual do partido.

Quando cheguei na sede dos bancários, parei meu jipe do lado de fora e entrei. A sede estava ocupada pelos militares por isso voltei. Segui imediatamente para o gabinete do governador. Ao chegar na sala, simultaneamente desce do elevador três oficiais. Um da marinha, um da aeronáutica e outro do exército. Olharam para mim, me reconheceram,

mas a missão deles não era me prender, era prender Arraes. Foi logo, o que eu presumi.

No fundo do Palácio, a polícia estava lubrificando fuzis e metralhadoras. Eu supus que a festa ia começar. Fiquei até animado, mas a coisa foi diferente, né? E quando eu cheguei na sala de Arraes, chegou os milicos e entraram e saíram dois cidadãos. Pelas feições trêmulas e pálidas, eu notei que havia algo no gabinete de Arraes e era a prisão de Arraes. Fui embora, tomei o jipe e voltei de mãos abandonadas. Sem um fuzil, foi uma frustração muito grande.

(...)

Em 64, eu tinha muitos homens dispostos a lutar, a perder suas vidas para defender o governo de Jango, o governo de Arraes. Chamavam Arraes de Pai Arraia. E defender a constituição da república... Infelizmente não tínhamos armas. Saí e fui desmobilizar as massas.¹²

Nunca saberemos quais rumos a história poderia tomar caso Gregório Bezerra tivesse conseguido armas. Mas, podemos saber que a história teria tomado outros rumos. A história não é apenas o resultado das vitórias, mas é também dos insucessos. Assim, o insucesso de Gregório Bezerra em conseguir armas para resistir ao golpe é um evento que compõe os acontecimentos do golpe.

A polícia militar de Pernambuco se preparou para o combate. Segundo o depoimento de Hangho Trehch, chefe da Secretária de Segurança do Estado naquele momento:

No dia 31 de março, à noite, as forças do Exército ocuparam uma grande parte do Recife, principalmente o 14º RI, RO de Olinda, as outras unidades todas ocuparam posição já dentro da cidade do Recife. A Polícia Militar, por sua vez ocupava a outra parte; então, a cidade era uma cidade ocupada. O Palácio do governo estava cercado por tropas da polícia protegendo-o. O quartel do Derby estava protegido. (TREHCH, 2004, p. 79)

Segundo o depoimento do Coronel Bandeira, a polícia militar e o exército chegaram a disparar suas armas uns contra os outros. No quartel do Derby, sede administrativa da PM, os policiais encontravam-se entrincheirados, mas renderam-se aos golpistas depois de um tiro de canhão. Mas, em alguns momentos se posicionaram ao lado oposto e se puseram em combate.

Diante desse cenário de possíveis confrontos e protestos o Cel. Ibiapina usou de improvisação para transportar Gregório Bezerra. Um agente da DOPS-PE acompanhado de mais dois homens sem vinculações com as forças de segurança.

Assim, Gregório Bezerra foi transferido. No quartel de Casa Forte foi recebido, interrogado e torturado pelo tenente coronel Darci Villocq. Este arrastou o líder comunista preso pelo pescoço pelas ruas daquele bairro e o torturou na praça pública de Casa Forte.

A tortura de Gregório Bezerra se tornou um evento que marcou muitos militantes políticos que viveram aqueles momentos. Dentre tantos destaco Mércia Albuquerque Ferreira, advogada que teve sua carreira profissional pautada na defesa de presos políticos. Atuou quase que exclusivamente na justiça militar, onde seus clientes eram julgados. Ao fim do regime ditatorial ficou conhecida como “*A advogada dos mil casos*”. Fez a sua trajetória profissional ser quase que inteiramente dedicada para a defesa de presos políticos na Justiça Militar. Tornou-se advogada e amiga de Gregório Bezerra.

Mércia Albuquerque conseguiu preservar uma vasta quantidade de documentos sobre ela mesma e seus clientes. Este arquivo pessoal encontrasse em posse da ONG Direitos Humanos na Internet (DHNET) no município de Natal-RN.

Como Mércia Albuquerque se inscreve nessa história

O arquivo pessoal de Mércia Albuquerque é armazenado em caixas, formando agrupamentos aleatórios de processos judiciais. A exceção é a caixa destinada especificamente a Gregório Bezerra, na qual ela guardou o processo da justiça militar, cartas, recortes de jornais, fotos e um discurso feito pela a mesma em ocasião o aniversário de morte de Gregório Bezerra. Esta separação indica que Mércia Albuquerque atribuiu uma importância maior a este cliente do que aos demais.

Os arquivos não são lugares neutros. O ato de arquivar está repleto de intencionalidades. Pressupõe a mão do arquivista mesmo que este não seja um profissional. Como aponta Alertte Farge (2009), o arquivista coleciona e classifica, por isso podemos pensar como a mão que compõe o arquivo em questão não é neutra, ela indica significados.

Segundo a historiadora e arquivista Luciana Quillet Heymann, os arquivos são lugares de formação de verdades. Para ela, “o arquivo deixou de ser visto como instituição e passou a ser entendido como sistema que estabelece e legitima enunciados configuradores do real.” (2012 p. 24). O sociólogo Fausto Colombo afirma que nossa sociedade tem se tornado arquivística, que é uma “memória constituída mediante tradução das lembranças em signos, especialização da colocação, acesso visto como viagem heterodirigida.” (1991, p. 108). Para este autor, arquivar é construir uma identidade tal

qual as memórias voluntárias, criadas com inteligência e imaginação são criadas por quem lembra. O arquivo de Mércia Albuquerque é organizado desta forma, uma memória voluntária que constrói o real. E como analisa Walter Benjamin ao escrever sobre o escritor Marcel Proust, o importante não é o rememorar, mas o “tecido de sua rememoração” (BENJAMIN, 1994, p. 37); por isso consideramos importante investigar a tecedura da rememoração do arquivo pessoal de Mércia Albuquerque.

O acervo pessoal de Mércia Albuquerque evidencia a presença de documentos relativos a Gregório Bezerra. O poeta Ferreira Gullar dedicou um poema a Gregório Bezerra, narrando a trajetória de vida do líder comunista, sintetizando a memória que muitos têm de Gregório Bezerra. Na passagem relativa à sua prisão o poeta versa:

Pro Forte das Cinco Pontas
foi conduzido, então,
e de lá para o quartel
de Motomecanização,
onde começa a mais negra
cena da "revolução"
que tanta vergonha e crime
derramou sobre a Nação.
Darci Villocq Viana,
eis o nome do vilão.

Esse coronel do Exército
mal viu Gregório chegar
partiu pra cima dele
e o começou a espancar.
Bateu com um cano de ferro
na cabeça até sangrar.
Chamou outros subalternos
para o preso massacrar.
Gritando: "Bate na fera!
Bate, bate, até matar!"
Dava pulos e babava
como se fosse endoidar.

Depois despiram Gregório
e já dentro do xadrez
com a mesma fúria voltaram
a espancá-lo outra vez.
Com 70 anos de idade
e outros tantos de altivez,
nenhum gesto de clemência
ao seu algoz ele fez.
O sangue agora o cobria
da cabeça até os pés.

No chão derramaram ácido
e fizeram ele pisar.

A planta dos pés queimava,
mal podia suportar.
Vestiram-lhe um calção
para depois o amarrar
com três cordas no pescoço
e para a rua o levar
preso à traseira de um jipe
e para ao povo mostrar
o "bandido comunista"
que se devia linchar.
Estava certo Villocq
que o povo o ia apoiar
para em plena praça pública
o comunista enforcar...

Mas para seu desespero
o povo não o apoiou.
Aos seus apelos de "enforca!"
nenhuma voz se juntou.
Um silêncio insuportável
sua histeria cercou.
Via era ódio nos olhos
e se ninguém protestou
é que os soldados em volta
ao povo impunham terror.
Muitas mulheres choravam.
Uma freira desmaiou
no Largo da Casa Forte
onde o cortejo parou.¹³

O trecho exposto deste poema se assemelha a memória de Mércia Albuquerque sobre este acontecimento. Ela estava na praça e presenciou a tortura submetida a Gregório Bezerra:

Por volta das 13:00 horas daquele dia inesquecível o tenente coronel Darcy Villocq Viana comandante da unidade militar de motomecanização, promoveu ato insólito que marcou indelevelmente a memória de quanto a assistiam: Gregório, apenas com um calção preto e uma corda de três pontas amarrada no pescoço, era arrastado por soldados, seguidos de perto por um carro de combate, com pés que haviam sido banhados em soda caustica sangrando, banhados de suor (...)

Quando o velho militante comunista golpeado a coronhadas de fuzil cambaleava, o coronel Villocq concitava o povo a linchá-lo, mas seu apelo fascista não foi atendido. (...)

Bacharela em direito, exercia o magistério (Mércia Albuquerque) lecionando para crianças carentes. O martírio de Gregório me fez compreender a magnitude da tarefa de advogar a causa dos presos políticos.¹⁴

Ao relembrar deste dia, Otavio Albuquerque, esposo de Mércia Albuquerque, relata:

Foi o momento mais difícil da nossa vida. Porque quando ela entrou, entrou transtornada, diante das barbáries que o Gregório sofreu, ela não era ela do horror que ela viu.
E dizia: Vou defendê-lo, se você me aprovar viveremos até o ultimo dia, senão a gente se desquita.
Mas, eu nem falei ainda...
Mas, eu já eu estou dizendo por antecipação - Ela estava totalmente transtornada.¹⁵

Segundo seu esposo, Mércia Albuquerque deixara de ser quem era antes, ele viu aquele momento como o instante em que a identidade da advogada de presos políticos passou a ser construída. Mesmo que tal momento fosse uma construção da memória, mesmo que tal reflexão não tenha sido feita naquele instante relatado, tal construção indica que Otávio Albuquerque vê este momento como uma ruptura. A própria memória de Mércia Albuquerque também aponta nesta direção, quando relata a memória deste dia.

O relato de Mércia Albuquerque aponta a tortura de Gregório Bezerra como a fundação da identidade da advogada de presos políticos. Segundo ela, foi a tortura de Gregório que transformou a professora primária em advogada de presos políticos. Ao narrar, Mércia Albuquerque age como uma historiadora natural. O historiador natural seria aquele que todos carregamos conosco, imbuído de uma lógica de senso comum, que pensa a história como uma evolução de causa e consequência (MONTENEGRO, 2010). Isso é uma característica comum aos que narram a sua própria história, uma vez que passamos a dar sentidos ao vivido, para que uma série de escolhas que fazemos ao longo de uma vida, justifique uma autoimagem, uma escrita de si. O historiador natural parte de uma máxima que torna o testemunho fiduciário, que seguindo a esteira do pensamento de Paul Ricoeur (2007), “eu vi”, “eu estava lá” estes termos visam emitir efeito de verdades numa relação entre quem testemunha e quem escuta. Como também não é incomum que depois de relatar alguma coisa a testemunha em entrevistas de história oral use a expressão, “né?” assim podemos pensar que a própria testemunha precisa do consentimento para que o que foi dito emita efeitos de verdade. Ser fiduciário é importante nesta relação testemunha-ouvinte, pois “o crédito outorgado à palavra de outrem faz do mundo social um mundo intersubjetivamente compartilhado.” (RICOEUR, 2007, p. 175).

Porém, a testemunha pode ser enganada por esse *eu estive lá*, ela não mente, mas o efeito deste *eu* pode enganar tanto quem testemunha quanto quem a escuta. O *eu* não é

a subjetividade, apenas fala por ela numa relação dialógica, a subjetividade estaria no *estive lá*, que seria a trama histórica. Então este *eu estive lá* tem de ser ouvido como *eu estive lá, agora eu estou aqui e é daqui que falarei*. Isso implica numa nova leitura, uma vez que a experiência já não é mais a mesma, nem poderia ser. Como alerta Jeanne Marie Gagnebin: “o ‘eu’ e o sujeito não são nem idênticos nem intercambiáveis; não seria correto confundir o sujeito com esse pronome que só faz representá-lo perante as instâncias do diálogo interpessoal” (2011, p. 74).

Por isso, no caso de Mércia Albuquerque, podemos pensar que ao narrar sua história, ela o faz do presente, relata o passado e atribui a ele novos significados. Dessa forma, podemos pensar naquele instante: ela pode ter escolhido ser advogada de Gregório Bezerra e não necessariamente isto implica dizer que ela seria a advogada de longa atuação na defesa de presos políticos.

Mércia Albuquerque ao relatar seu passado, atribui significados do presente. Cabe ao historiador perceber que tal operação da memória é comum a muitos que narram as suas vivências, mas que é preciso estar atento para que a testemunha não crie um sentido que se sobreponha a narrativa do historiador. Para tanto, é preciso refletir sobre a própria testemunha, no caso em tela, Mércia Albuquerque.

Isso faz parte da ilusão biográfica (BOURDIEU, 2006) que temos de desconstruir. Muitos são aqueles que olham para o passado e veem um único caminho que nos forma nos constitui e nos justifica. Mas, isto é uma ilusão, esquecem-se das bifurcações, das possibilidades, das idas e vindas, do imprevisível e por fim naturalizam a própria trajetória de vida.

Mércia Albuquerque cria um discurso em relação a Gregório Bezerra, seja por seu relato ou pelo arquivamento. Seus familiares e amigos reafirmam esta construção como única verdade possível. Seu esposo lembra que ao ver a tortura do líder comunista diz que ela deixou de ser ela, transformou-se. Enquanto Roberto Monte, responsável por guardar o arquivo pessoal da advogada, ao me mostrá-lo aponta para a caixa relativa a Gregório Bezerra e me diz: “Esta aqui é o quente¹⁶”.

Amigos e parentes continuam a reafirmar este mito de origem. Mércia Albuquerque impregnou de sentido aquilo que foi vivido, que, não necessariamente, precisava de sentido. Ao ser a historiadora natural da própria vida, ela cria uma origem que vai determinar seus atos posteriores.

Essa construção de Mércia Albuquerque pode ser analisada com ajuda das considerações de Giorgio Agamben:

O que por um instante brilha através desses lacônicos enunciados não são – como gostaria a ênfase patética de certa história oral – os eventos biográficos de uma história pessoal, mas o rastro luminoso de outras histórias; não a memória de uma existência oprimida, e sim a ardência muda de um ethos imemoriável; não a figura de um sujeito, e sim a desconexão entre o ser vivo e o ser que fala, que assinala seu lugar vazio (AGAMBEN, 2008, pp. 144-145).

Na maioria dos casos, os discursos autobiográficos, como o de Mércia Albuquerque, operam dentro desta desconexão entre o vivenciado e o narrado. Um não é o outro, não são nem mesmo isomórficos, assim como a memória não é a história.

A criação de sentido para o passado por parte de Mércia Albuquerque é algo comum à maioria de pessoas ao narrar suas histórias de vida. Ao criar este sentido ela explica o seu presente e o seu passado ao mesmo tempo. Ao presenciar Gregório Bezerra sendo torturado, não necessariamente implicaria que o mesmo seria preso. Nem mesmo existia a certeza de que o golpe transformar-se-ia em uma ditadura com uma quantidade muito grande de pessoas processadas na justiça. Ou seja, quando Mércia Albuquerque narra que a tortura de Gregório Bezerra a fez perceber a “causa dos presos políticos”, ela o faz de um presente, no qual ela sabia que de 1964 até o fim da ditadura militar-civil muitos foram àqueles presos políticos defendidos pela mesma.

Esta memória de Mércia Albuquerque também revela outra característica sobre ela. Ao contá-la, ela relata uma ruptura na sua vida. O rompimento com o que se vivia antes. Como aponta o historiador Pablo Alejandro Pozzi (2012), os militantes do Partido Revolucionário dos Trabalhadores – Exército Revolucionário do Povo (PRT-ERP), da Argentina, por ele entrevistados, se dividem, grosso modo, em dois grupos. O primeiro grupo é daqueles que tendem a naturalizar sua militância como se fosse o caminho natural de sua vida, seja por leituras, seja por parentesco ou outros fatores, mas que a militância é o próprio rumo natural da vida. O outro grupo é daqueles que narram um despertar, um acontecimento que desvia os rumos que a vida deles tomava.

Podemos pensar Mércia Albuquerque como esse segundo grupo, que seria minoritário, uma vez que a entrada dela na militância não segue a estrutura do militante que conta através de uma progressão natural dos fatos. Mércia Albuquerque ao narrar seu encontro com Gregório Bezerra narra um despertar, aponta para um antes e um depois. Ela não naturaliza a sua militância, ela a inventa.

A invenção, a criação da militante é um despertar, para a própria Mércia Albuquerque, morre a professora primária e nasce a advogada de presos políticos.

Através das Memórias: como Gregório Bezerra inscreve Mércia Albuquerque em suas Memórias

Juarez Vieira da Cunha foi o advogado que identificamos em nossas pesquisas como o Dr. Juarez na autobiografia de Gregório Bezerra (BEZERRA, 2011 p.547). Ele foi encarregado pelo Partido Comunista para defender Gregório Bezerra. Porém, foi preso pelos agentes do Departamento de Ordem e Política Social (DOPS), passando alguns dias em cárcere e sofrendo ameaças de torturas. Depois disto abandonou o caso de Gregório.

Mércia Albuquerque se tornou estagiária deste advogado¹⁷, chegando a fazer uma visita a Gregório Bezerra alguns dias depois de ter presenciado a sua tortura. O próprio Juarez a apresentou ao seu cliente. Ao lembrar de seu primeiro encontro com Mércia Albuquerque, Gregório Bezerra narra:

Estava novamente sem defensor (...) quando uma senhora grávida, já caminhando com dificuldade, aproximou-se e disse:
- Gregório, sei que você está sem advogado. Venho me oferecer para fazer sua defesa. Você me aceita como a sua defensora?
Olhei para a majestosa figura de senhora grávida, às vésperas de dar a luz, e respondi emocionado e com muito respeito (...). Passei a ter uma defensora e uma amiga correta e pontual (BEZERRA, 2011, pp. 547-548).

Gregório Bezerra se lembra de seu primeiro encontro com Mércia Albuquerque de forma diferente da advogada, ressaltando assim o caráter seletivo da memória. Mércia Albuquerque passou a ser a advogada de Gregório Bezerra.

Como parecia ser comum naqueles momentos, um advogado e seu cliente trocavam correspondências, Mércia Albuquerque e Gregório Bezerra faziam o mesmo. Em uma carta datada de 28 de março de 1967, Gregório deseja saúde a “Mércia Albuquerque, a seu esposo e a meu neto carreteiro”. Cremos que por “meu neto carreteiro” Gregório esteja se referindo a Aradin, filho único de Mércia Albuquerque, fruto da gravidez relatada por Gregório ao narrar seu encontro com Mércia Albuquerque. Mais adiante, na mesma carta, ele compara Mércia Albuquerque aos agentes da repressão: “Nem pensam como você, nem são possuidores de corações, profundamente humano como o seu.”¹⁸ Em outras cartas estas formas de tratamento se mantêm.

Mércia Albuquerque atribuiu importância suficiente para Gregório Bezerra, ao ponto de construir uma auto-imagem a partir dele. Este, por sua vez, construiu para Mércia Albuquerque um lugar de afeto, um lugar de filha, e ainda opõe essa filha aos membros daquele regime. Ela se torna a humana que luta contra homens sem coração, quase monstros. Nessa carta ele ainda continua a discursar sobre os funcionários que serviam ao regime: “(...) oprimem todo o povo. Fazem o que lhes mandam e não dizem o que querem e que pensam. Eu faço o que desejo e digo o que penso. O amanhã é nosso, Mércia Albuquerque.” O outro é vilão, incapaz até mesmo de pensar, enquanto Gregório Bezerra seria aquele que é livre, que deseja e realiza, que pensa e diz, seria livre e o futuro seria a vitória. Esse horizonte de expectativa (KOSELLECK, 2001) não seria apenas de Gregório Bezerra, mas também de Mércia Albuquerque. Esse tempo futuro depende da luta de ambos para se realizar, por isso que a luta deles se projeta para o futuro.

A Imagem deles

Em uma foto encontrada na caixa Gregório Bezerra, imagem 1, podemos observar Mércia Albuquerque e seu cliente:



Imagem 1, Acervo Mércia Albuquerque, DHNET.

A fotografia mostra Mércia Albuquerque, provavelmente em um dia de visita a Gregório Bezerra, na Casa de Detenção do Recife. Não constam informações relativas à data que a foto foi feita ou quem foi seu fotógrafo.

Mas, podemos refletir sobre o conteúdo que existe nela. Gregório atrás das grades, que não eram as da sua cela, olha sorrindo para Mércia Albuquerque. Ela em um plano mais baixo, segura as grades. Ela se encontra em um espaço mais aberto, ele em um corredor mais fechado. Ela livre e ele preso. Os dois sorriem e olham um para o outro, como se não houvesse a lente de um fotógrafo naquele momento.

Como analisa Alberto Del Castilho Trancoso (2008), o trabalho de construção de uma fotografia obedece a uma “estratégia visual”. Esta fotografia de Mércia Albuquerque e Gregório Bezerra também o faz, para montar junto ao arquivo a construção de uma identidade. Assim como o relato de memória já exposto no tópico anterior, esta foto amplia sentidos, dá corpo a uma relação. Não é apenas uma tradução em imagem, mas uma imagem que se soma aos sentidos do arquivamento.

Assim, esta foto inscreve a relação de Mércia Albuquerque e Gregório Bezerra em um duplo movimento. O primeiro, da relação advogado e cliente, o dentro e o fora da prisão. O segundo, da relação afetiva, dos amigos, cúmplices, aqueles que riem com ternura um para o outro.

Esta foto foi escolhida para compor o caderno de fotografia da edição mais recente do livro de memória de Gregório Bezerra (2011). A edição do livro foi feita por Anita Leocádia Prestes, filha de Carlos Prestes, membro do PC e exilada junto ao pai nos idos da ditadura militar-civil. O trabalho da edição teve de escolher quais seriam as imagens que iriam compor o caderno de fotografia presente na nova edição. Gregório Bezerra publicou a primeira edição em 1979, ela não contava com fotografias e o mesmo nunca escolheu fotos para compor o livro. A editora teve de fazer essas escolhas, porém no caso de Mércia Albuquerque ela tinha duas opções.

A sua escolha não é neutra, pois há, pelo menos, mais uma foto dos dois (imagem 2), que poderia ter sido escolhida para compor o caderno de fotografia:



Imagem 2, Acervo Mércia Albuquerque, DHNET.

A imagem 2 não foi selecionada para o livro. Como a figura 1, também não contém registro da data que a foto foi feita, ou quem foi o fotógrafo, mas, pela repetição das roupas podemos pensar, com certa margem de segurança, que as duas fotos teriam sido feitas no mesmo dia.

A imagem 2 não emite os signos da prisão. As grades no segundo plano podem parecer qualquer outro tipo de grade, apesar de ser o pátio da Casa de Detenção do Recife. Gregório e Mércia Albuquerque lado a lado também não emitem os signos do preso e sua advogada.

As duas imagens, feitas no mesmo dia, no mesmo local, a Casa de Detenção do Recife, com os mesmos personagens, trajando as mesmas roupas, emitem signos distintos que podem ser apropriados de muitas formas.

No relato autobiográfico de Gregório Bezerra, Mércia Albuquerque já era citada algumas vezes e agora aparece em fotografia, imagem que dá um rosto e um corpo para além do nome que já foi citado, transformando-se assim na defensora de Gregório Bezerra. Mas, esta narrativa visual nada fala dos outros advogados que defenderam p líder comunista, como Juarez Vieira da Cunha que esteve à frente do caso por dois anos (1964-1966) e Sobral Pinto, que se tornou um dos seus defensores na segunda instância da justiça militar, o Superior Tribunal Militar (STM). Gregório Bezerra ainda relata que no seu último julgamento contava com cerca de dez advogados, porém só cita o nome de Sobral Pinto. Mércia Albuquerque em uma entrevista concedida à jornalista Divane Carvalho lembra que outros advogados além de Juarez Viera da Cunha e Sobral Pinto

atuaram no processo. Eram eles Raul Lins¹⁹ e Silva e Vivaldo Ramos²⁰, porém sem maiores explicações acerca de suas atuações.

A defesa dessa relação

No processo da justiça militar de nº 88/64, Gregório Bezerra e mais 39 são indiciados por subversão da ordem com auxílio de potência estrangeira. A maioria dos indiciados ocupavam cargos políticos ou eram figuras proeminentes na cena pública do estado de Pernambuco, antes do golpe de 1964.

Nesse processo podemos observar a defesa de Gregório realizada por Mércia Albuquerque. Em suas alegações finais²¹ a advogada, ao escrever sobre Gregório Bezerra, elenca as qualidades dele: “grandeza moral, da sua respeitabilidade, das indissimuláveis virtudes de conduta e procedimento desse homem (Gregório Bezerra)”. Além de argumentar com uma base jurídica, Mércia Albuquerque apela ao censo moral dos jurados. Essas alegações extrajurídicas, como aponta Anthony Pereira (2010), eram comuns nas argumentações dos advogados de defesa.

Enquanto defensora de um líder comunista famoso, a advogada tentou retirar a carga negativa relacionada ao comunismo. Naquele momento existia uma representação dos comunistas temida por parcelas significativas da sociedade. Por isso, esta advogada elabora uma “maneira de fazer” (CERTEAU, 2009 p.41), aqui entendido como um fazer tático diante daqueles que detêm mais força em uma relação, no caso o tribunal militar, numa tentativa de descolar da imagem de comunistas os signos negativos para tentar conseguir uma posição favorável do júri para seu cliente.

Existia uma construção do medo que tinha em Gregório Bezerra um expoente do que muitas parcelas da sociedade temiam. Líder comunista e atuando junto aos camponeses, um homem que por muitos é considerado perigoso. Duplamente perigoso, pois era comunista e estava ligado aos movimentos de reivindicações dos camponeses.

Essa forma de defender Gregório em um processo judicial remete também a uma luta pelo futuro, talvez um futuro mais próximo, onde a luta é destruir a imagem negativa dos comunistas. Apesar de Mércia Albuquerque não ser filiada ao Partido Comunista, ou qualquer outro partido, podemos pensá-la como simpatizante. No seu prontuário do DOPS²² e segundo reportagem do Jornal do Commercio de 03 de maio de 1964, Mércia Albuquerque integrava a “Sociedade dos Amigos da União Soviética”²³. Por isso, a identidade que ela constrói ali para Gregório Bezerra parte já de uma simpatia aos

comunistas e ainda mais por aquele homem que funciona como fundação da escrita de si feita por Mércia Albuquerque.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **O Que Resta de Auschwitz**. São Paulo, Boitempo 2008.
- ANDRADE, Manuel Correia; FERNANDES, Eliane Moury. (org). **Vencedores e vencidos: o movimento de 1964 em Pernambuco**. Recife, Ed. Massangana, 2004.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas volume 1: Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- _____. Crítica da violência, crítica do poder. In: **Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos**. São Paulo: Cultrix Editora. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
- BEZERRA, Gregório. **Memórias**. São Paulo, SP: Editora Boitempo, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marietta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- BURGOS, Jessica. Recife, primeiro de abril de 1964: A passeata estudantil contra a deposição do governador Miguel Arraes. In **VI Encontro Cultura e Memória : golpe de 1964 : cultura e memória / Programa de Pós-graduação em História**. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2014.
- CANEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2010.
- CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- COLOMBO, Fausto. **Os arquivos imperfeitos**. São Paulo: Ed Perspectiva, 1991.
- FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- _____. **História e Narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- HEYMANN, Luciana Quillet. **O lugar do arquivo a construção do legado de Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012.
- KOSELLECK, Reinhart. **Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia**. Barcelona: Ediciones Paidós, 2001.

MELO, Demian B. Ditadura “civil-militar”? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós- 1964 e os desafios do tempo presente. In: **Espaço Plural** • Ano XIII • Nº 27 • 2º Semestre 2012 • p. 39-53 • ISSN 1518-4196.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, Metodologia, Memória**. São Paulo, SP: Ed. Contexto, 2010.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. A modernização autoritária-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In REIS, Daniel Aarão et all. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e Repressão: O Autoritarismo e o Estado de Direito no Brasil, no Chile e na Argentina**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2010.

POZZI, Pablo Alejandro. Memória e politização em testemunhos de operários militantes argentinos (1955-1976). In: LAVERDI, R. et all. **História oral, desigualdades e diferença**. Recife: Ed. Universitária UFPE; Florianópolis: Ed. UFSC, 2012.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o conhecimento**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.

TREHCH , Hangho. Depoimento in. BARRETO, Túlio Velho. FERREIRA, Laurindo. **Na trilha do golpe 1964 revisitado**. Recife: Ed. Massangana, 2004.

TRONCOSO, Alberto Del Castilho. O Movimento estudantil de 1968 na Cidade do México visto através da fotografia. In **Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica** - N. 26-1, 2008.

¹ Pesquisa financiada pelo CNPq.

² Ao longo do texto optei por usar a terminologia “militar-civil”, pois acredito ser adequada para nomear o regime ditatorial brasileiro. Historiadores como Daniel Aarão Reis (2014) e Rodrigo Pato Sá Motta (2014) demonstram em seus trabalhos que o regime era apoiado por uma base de sustentação civil, por isso nomeiam a ditadura de “Civil-militar”. Enquanto outro grupo de historiadores, como Marcos Napolitano (2014) e Demian Melo (2012) defende o uso da nomenclatura “Ditadura militar”, pois para eles a participação de civis não seria o suficiente para caracterizar como uma ditadura civil-militar, como também seria redundante nomear de civil, pois para eles toda forma de governo tem uma parcela significativa de civis. O termo “militar-civil” é usado neste trabalho para denominar um regime ditatorial com participação tanto de civis quanto de militares, mas que há uma predominância dos órgãos castrenses em detrimento dos civis. Sendo assim, os militares a última instância de decisão, mas isto não anulava as instâncias civis. Concordo com Marcos Napolitano (2014) que afirma que não existiriam formas de governos sem parcelas civis dando sustentação, porém acredito ser uma das funções do historiador deste período lembrar que o golpe e a ditadura que se seguiu são apoiados por parcelas significativas da sociedade, tirando esse fato do esquecimento, como faz o historiador Daniel Aarão.

³ Cerca de 86km de distância de Recife.

⁴ Este relato se encontra no depoimento de Gregório Bezerra no processo 88/64.

⁵ Cerca de 73 Km de distância de Recife.

⁶ O estado de Alagoas fica aproximadamente a 75 Km de distância de Ribeirão.

⁷ Como já relatado no primeiro capítulo, antes do golpe houve uma chacina de cinco trabalhadores rurais daquela usina, durante um protesto no qual eles tentavam fazer valer decisões da justiça do trabalho. Eles foram mortos pelos funcionários de José Lopes Siqueira. Para mais detalhes ver Porfírio (2009)

⁸ A violência imediata do pós-golpe no campo, atingiu números alarmantes que só hoje começam a ser conhecidos e/ou reconhecidos. A Comissão Nacional da Verdade estabeleceu um grupo de trabalho específico para investigar a violência estatal no campo. Ana Carneiro e Marta Cioccarri, na publicação

Retrato da repressão no campo (2010), demonstram que a repressão aos camponeses é anterior ao golpe e intensificada por ele.

⁹ Prontuário 5774 fundo SSP: 12185, APEJE.

¹⁰ Entrevista cedida ao projeto Marcas da Memória, em Recife dia 17-03-2011. Disponível no Laboratório de História Oral e Imagem (LAHOI) da UFPE

¹¹ Entrevista cedida ao projeto Marcas da Memória, em Recife dia 17-03-2011. Disponível no Laboratório de História Oral e Imagem (LAHOI) da UFPE

¹² Esta entrevista está acessível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WhcSX3TfKA4>

¹³ *Apud* BEZERRA 2011, p. 628 - 633

¹⁴ Este trecho faz parte de um discurso proferido por Mércia Albuquerque no Fórum do centenário de Gregório Bezerra realizado no dia 14/03/2000. Esse discurso faz parte do acervo pessoal de Mércia Albuquerque em posse da ONG Direitos Humanos na Internet.

¹⁵ Entrevista realizada em Recife, 19 de junho de 2012, acervo pessoal pesquisador Tásso Brito.

¹⁶ “é o quente” é uma expressão popular para indicar importância ou qualidade positiva de algo ou alguém.

¹⁷ A documentação encontrada no acervo de Mércia Albuquerque não faz menção se ela já era estagiária deste advogado antes deste acontecimento, ou se ela se torna estagiária depois da tortura de Gregório.

¹⁸ Carta datada de 28 de fevereiro de 1967. A carta está na caixa referente a Gregório Bezerra, no Arquivo de Mércia Albuquerque, em posse da ONG DHNET, na cidade de Natal-RN.

¹⁹ Raul Lins e Silva estava à frente de um dos mais tradicionais escritórios de advocacia do Rio de Janeiro, *O Lins & Silva*. Com sua morte, seu filho Técio Lins e Silva, assumiu não só o escritório, mas também a defesa de presos políticos.

²⁰ Entrevista disponível em http://www.dhnet.org.br/memoria/mercia/ditadura/gregorio_bezerra/entrevistaparadivanecarvalho.html, acesso em 2 de fevereiro de 2014

²¹ Alegações finais é a parte do processo em que os advogados de defesa têm o direito de fazer suas considerações finais sobre o caso, sendo um espaço que é usado pelos advogados para comover, convencer os jurados que logo irão votar sobre o caso.

²² Acervo da DOPS, arquivo público estadual João Emereciano, fundo SSP nº 23778

²³ Esta associação no artigo 1º de seu estatuto se descreve como uma sociedade sem fins lucrativos que visava estreitar as relações entre o Brasil e a União Soviética. Acervo da DOPS, arquivo público estadual João Emereciano, Prontuário funcional, fundo SSP nº 7522.

Submetido em 03 de fevereiro de 2020

Aceito em 03 de junho de 2020.